

O fator tempo na organização e desenvolvimento do trabalho docente¹

Libania Nacif Xavier²
Bruno Cardoso de Menezes Bahia³
Amanda Moreira da Silva⁴

Resumo: A comunicação propõe a reflexão em torno dos limites que, historicamente, tem se colocado à atuação dos professores no exercício de suas funções profissionais, em particular aqueles ligados ao fator *tempo* no desenvolvimento de seu trabalho, bem como na constituição de suas identidades profissionais. O texto está estruturado em três partes: a primeira considera os aspectos teóricos que envolvem o estudo do fator tempo na história da educação, tendo como base autores como Thompson (2011) e Elias (1998); a segunda analisa os problemas ligados à organização do tempo de aula dos professores de filosofia a partir da promulgação da LDBEN nº 9.394/1996 onde identificamos omissões que reforçam equívocos sobre a função e finalidade da disciplina neste nível de ensino. A terceira parte analisa os aspectos ligados à expropriação do tempo de trabalho dos professores na rede pública estadual de ensino do Rio de Janeiro. Considera-se que, a partir destes suportes teóricos e dos resultados das pesquisas desenvolvidas, pode-se apresentar uma conclusão, ainda que parcial, acerca da organização, da fragmentação, dos valores e dos usos do tempo na vida e no trabalho dos professores.

Palavras-chave: Profissão docente; História da educação; Expropriação do tempo.

Abstract: The communication proposes to reflect on the limits that historically has placed on the performance of teachers in the exercise of their professional functions, in particular those related to the time factor in the development of their work, as well as in the constitution of their professional identities. The text is structured in three parts: the first considers the theoretical aspects that involve the study of the time factor in the history of education, based on authors such as Thompson (2011) and Elias (1998); the second examines the problems related to the organization of teaching time for philosophy teachers since the enactment of LDBEN nº 9.394 / 1996, where we identify omissions that reinforce misconceptions about the purpose and function of the discipline at this level of education. The third part analyzes the aspects related to the expropriation of the working time of the teachers in the public school network of Rio de Janeiro. It is considered that, from these theoretical supports and the results of the researches developed, it is possible to present a partial, yet partial, conclusion about the

¹O presente texto articula as pesquisas de Bruno Bahia e Amanda Moreira da Silva desenvolvidas no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGE/UFRJ), bem como a do projeto de Libania Xavier, financiado pelo CNPq através de auxílio do Edital Universal-CNPq (2014-2018) e da Bolsa de Produtividade em Pesquisa (Pq-CNPq: 2014-2018).

²Professora Associada do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRJ; coordenadora do Grupo de Pesquisa registrado no Diretório de Grupo do CNPq, Processos Educacionais e história da profissão docente. Email: libanianacif@gmail.com

³Doutor em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Professor Adjunto da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Atua também como Professor Permanente no Programa de Pós-graduação em Educação Agrária da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGEA/UFRRJ). Email: brunobahia.ufrj@gmail.com

⁴Mestra em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Professora Assistente da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Email: amandamoreira.uerj@gmail.com

organization, the fragmentation, the values and the uses of the time in the life and the work of the teachers.

Keywords: Teaching profession; History of education; Expropriation of time.

The time factor in organization and development of teaching work

Introdução

Este artigo é resultado do desenvolvimento de três projetos de pesquisa que foram desenvolvidos de modo articulado. Nesse sentido, apresenta resultados de uma pesquisa que se debruça sobre a história da profissão docente; de uma tese de doutorado que abordou a questão do tempo no currículo de filosofia no ensino médio e de uma dissertação de mestrado que analisou as formas de expropriação do tempo na organização do trabalho dos professores, integrada às políticas implementadas pelo órgão gestor da educação, no estado do Rio de Janeiro. Em síntese, o presente texto propõe a reflexão em torno dos limites que, historicamente, tem se colocado à atuação dos professores no exercício de suas funções profissionais, em particular aqueles ligados ao fator *tempo* no desenvolvimento de seu trabalho, bem como na constituição de suas identidades profissionais.

O conteúdo está estruturado em três partes: a primeira considera os aspectos teóricos que envolvem o estudo do fator tempo na história da educação, tendo como base autores como Thompson (2011) e Elias (1998); a segunda analisa os problemas ligados à organização do tempo de aula dos professores de filosofia a partir da promulgação da LDBEN nº 9.394/1996 onde identificamos omissões que reforçam equívocos sobre a função e finalidade da disciplina neste nível de ensino.

Por óbvio, essas imprecisões impactam não somente a qualidade do ensino, mas também a atividade docente como um todo. Baseados nas reflexões de Nóvoa (1995) e Esteve (1995), percebemos o quanto são problemáticas as premissas que determinam a distribuição do tempo de aula desta disciplina, ao longo do ano e ao longo do processo de formação escolar como um todo. A terceira parte analisa os aspectos ligados à expropriação do tempo de trabalho dos professores na rede pública estadual de ensino do Rio de Janeiro, fator que tem gerado um movimento de adesão dos órgãos gestores e, conseqüentemente, de alguns docentes aos programas empresariais de cunho privatista. Esse processo gera, também, um

enfrentamento e resistência à produção de consensos na disputa pela hegemonia no âmbito da educação pública.

Nos últimos 20 anos, as diferentes modalidades de organização do tempo, - seja na composição da grade curricular, seja na estruturação da carreira ou na concepção de projetos específicos - têm dificultado o trabalho docente, impondo obstáculos para que se cumpram os objetivos precípuos da educação escolar republicana, quais sejam, instruir e socializar os alunos. Nesse contexto, a partir dos suportes teóricos apontados e dos resultados das pesquisas desenvolvidas, pode-se apresentar uma conclusão, ainda que parcial, acerca da organização, da fragmentação, dos valores e dos usos do tempo na vida e no trabalho dos professores. Portanto, a relevância deste trabalho consiste em compreender o movimento geral, a partir de reflexões sobre aspectos particulares em que se inserem diferentes dimensões do trabalho docente, através de uma abordagem que analisa a interferência da organização do tempo no trabalho dos professores, temática ainda pouco explorada nas pesquisas educacionais.

O tempo e o trabalho docente

Concebemos o tempo como uma construção da sociedade moderna que disciplina o trabalho (Thompson, 2011) e define modos de agir e de se posicionar socialmente (Elias, 1998). Na organização do trabalho dos professores, o tempo se evidencia em todas as atividades, contabilizando a duração das aulas, conjurando sinais e sirenes que marcam o início e o fim das atividades escolares, estipulando a carga de trabalho e o salário, entre outros fatores. A presença do tempo nas trajetórias docentes se reveste de alta carga simbólica, demarcando na memória individual, assim como naquelas produzidas e acatadas coletivamente, as marcas e os marcos considerados dignos de ocupar o *panteon* das recordações pessoais e, também, da história da profissão. Nesse caldo cultural, a experiência, – concebida como conhecimento acumulado, ativo e qualificador das práticas pedagógicas – ocupa lugar central.

As relações estabelecidas com os tempos e os espaços de atuação dos professores em suas trajetórias profissionais constituem um campo de observação privilegiado para se compreender os efeitos das situações vividas no trabalho, nas condições de vida e desempenho laboral. A localização das escolas em relação ao local de moradia, a definição contratual da carga de trabalho, o regime de distribuição das tarefas desenvolvidas dentro e

fora da escola, a intensificação e fragmentação do tempo de trabalho, a experiência medida pelo tempo acumulado na função, os conhecimentos que resultam do acúmulo de leituras e da variedade de experiências práticas, as tomadas de decisão frente a problemas crônicos ou imprevistos, dentre outros aspectos, constituem dimensões do trabalho docente que requerem uma análise fina.

É no desenrolar do tempo que os professores ganham maior segurança e estabelecem meios de negociação identitária com os poderes constituídos, assim como com seus pares, alunos e até consigo mesmos (DUBAR, 2005). Não por acaso, Michael Huberman (2007) se dedicou a estudar os ciclos de vida profissional dos docentes, identificando algumas regularidades a partir do padrão de respostas apresentadas em situações chave da profissão, por professores com determinado tempo de experiência, tais como os iniciantes, os mais experientes ou aqueles que já se encontram em fase de *desinvestimento*.

Articulando as categorias históricas que nos remetem aos *espaços de experiências* e aos *horizontes de expectativas* (KOSELLECK, 2006, p. 305) defendemos uma reflexão que se volte para os dilemas do presente, considerando atentamente as heranças do passado, mas que, também, seja capaz de apreender as perspectivas de construção de um futuro que atenda a expectativas de natureza política, profissional e pessoal.

Por certo, isto nos permitirá identificar os diferentes usos e sentidos atribuídos ao *tempo* na organização do trabalho docente, seja no que tange á organização curricular, denotando as disciplinas de maior prestígio e aquelas que contam com um tempo reduzido de aula, desafiando os professores a contornarem as dificuldades que vão surgindo no seu trabalho diário. Neste aspecto, o caso dos professores de filosofia um exemplo dos problemas gerados pela carga horária destinada a certas disciplinas na organização curricular.

Atentaremos também para as formas de expropriação do tempo de trabalho dos professores por parte do poder público, um processo que ocorre em diversas situações, tais como as práticas de deixar nenhum ou pouco tempo para que o professor possa realizar tarefas como preparar aula e corrigir trabalhos e provas, gerando um tempo de trabalho extra e não remunerado, interferindo no salário, no lazer e na própria qualidade do trabalho docente. A interferência do tempo também se encontra presente nas relações hierárquicas que se estabelecem entre os professores e os gestores. Esta se faz notar, por fim, no jogo simbólico que permeia as relações entre pares e integram modos particulares de lidar com a fragmentação do trabalho pedagógico.

Os professores de filosofia frente à incompatibilidade temporal

Os problemas relacionados com o tempo no âmbito pedagógico apontam para relevantes impactos apresentados por grande parte dos professores, sinalizando efeitos negativos em vários aspectos do processo de ensino-aprendizagem. Tomaremos como empiria o estudo do caso específico dos professores de filosofia analisados na tese de doutorado de Bahia (2016). O autor realizou um estudo comparado entre docentes de dois grupos da rede pública de ensino – estadual e federal – da cidade do Rio de Janeiro. Esta seleção foi realizada com a finalidade de perceber como a relação com o tempo em sala de aula impactava diretamente o ensino, a experiência, as negociações identitárias e a vida deste profissional.

Inserida como componente curricular, a filosofia, destinada ao Ensino Médio ganhou espaço nas discussões acadêmicas e pedagógicas desde a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Seu ensino assume um papel determinante na educação brasileira, buscando desenvolver, de modo crítico, a cognição dos estudantes, conduzindo-os a problematizar e compreender seu lugar no mundo e sua relação com o outro.

Se por um lado, a base legal estabeleceu que ao “final do Ensino Médio o educando demonstre domínio dos conhecimentos de Filosofia e de Sociologia necessários ao exercício da cidadania” (Art. 36º, §1º, inciso III), por outro, a Lei não determinou a carga didática apropriada para o ensino da disciplina, impactando diretamente seu ensino e aprendizagem, pois alguns professores dispõem de uma carga horária mínima para a disciplina (cinquenta minutos semanais). Acreditamos que a delimitação do tempo (ou sua falta) para o ensino de determinada disciplina afeta diretamente a atividade docente. Pensar sobre os reflexos desta *incompatibilidade temporal* (do tempo da reflexão em relação ao tempo da matéria escolar) ilumina aspectos relevantes da profissão docente e de suas condições de trabalho.

Será que os docentes desenvolvem táticas para contornar os problemas gerados pela fragmentação do tempo, agravando o processo de precarização? Como o professor dimensiona e utiliza seu *tempo*, incluindo o *tempo* de trabalho didático, visando seu desempenho profissional no contexto onde ele se insere? Baseado na física aristotélica e na formulação do tempo social de Elias (1998), Bahia (2016, p. 96) propõe uma reflexão sobre o problema do tempo como “um tempo social que apresenta em si a noção de movimento”, e em nosso caso específico, “o movimento da atividade docente” em determinada disciplina. Este tempo é marcado sensivelmente pelas peculiaridades inerentes ao espaço escolar e ao

lugar de formação do professor compreendendo as habilidades para a construção do conhecimento e do grupo profissional.

Sustentamos a ideia de que diversas tensões encontradas entre os professores de filosofia remonta ao problema do tempo. Grande parte das reclamações ouvidas e proferidas nas salas dos professores diz respeito à “falta de tempo”: “não tivemos tempo para avançar com a matéria”, “faltou tempo para concluir o conteúdo”, “gostaria de mais tempo para corrigir provas”, “não tive tempo para pensar na próxima atividade”.

O problema do tempo, sob o olhar de Nóvoa (1995, p. 24), abrange diversos aspectos do trabalho docente a serem considerados. São tantos elementos articulados que constituem uma complexa rede desde a definição da carga horária e nomeação de turmas até o deslocamento entre os colégios, passando pelo tempo no serviço público e a estrutura específica da escola.

Com a carga de trabalho mínima, torna-se difícil os professores se identificarem com o local de trabalho, aumentando o seu tempo de permanência e interação com outros colegas. Tardif e Lessard (2014, p. 116) afirmaram que “o tempo dedicado ao ensino propriamente dito, ou seja, ao trabalho em aula com os alunos (independentemente da forma pedagógica utilizada), constitui o âmago da tarefa docente”. Neste sentido, ressaltamos a importância dessa variante no processo das pesquisas pedagógicas desenvolvidas acerca da profissão docente. A construção do conceito de tempo traz consigo um modo de desvincular a ideia de tempo objetivo do tempo vivido na escola. Em outras palavras, sob a ótica de Hargreaves (2014, p. 63), o tempo marcado pelo relógio, por mais que esteja imbuído de objetividade, na verdade se constitui por meio de “um acordo subjetivo”, de uma convenção.

Há outro aspecto no tempo subjetivo. Ele não reside na constituição mesma do tempo, mas corre paralelo e é uma variação dos tempos lineares e organizados, do tempo “objetivo”. Isso é o que podemos chamar de dimensão *fenomenológica* do tempo. É uma dimensão onde o tempo é subjetivo, onde é vivido e onde tem uma duração que varia de pessoa para pessoa. O sentido interno do tempo pode variar em relação ao tempo do relógio e pode parecer “que voa” ou “que se arrasta” quando comparado. A vivência do tempo de cada pessoa também pode apresentar variações. O tempo frequentemente passa para nós de uma forma diferente da que passa para os outros. (HARGREAVES, 2014, p. 63)

É bastante importante percebermos essas dimensões sobre o tempo, pois somente por meio deste aspecto fenomenológico, podemos nos aproximar da realidade dos professores

acerca de suas relações com o tempo. Os professores entrevistados partem de uma experiência individual adquirida ao longo de sua carreira, experimentando o tempo de um modo distinto, revelando conflitos essenciais para as pesquisas sobre a profissão docente. Quando a visão tradicional do professor construída pela sociedade, pelo aluno, pela escola e por ele próprio é fraturada, os docentes buscam novas táticas para a sua prática e reconfiguram a relação estabelecida entre o tempo disponível e o todo. Deste modo, altera-se o olhar sobre a finalidade de seu trabalho e da própria educação.

O *tempo*, como a atividade docente desenvolvida em um contexto social específico da escola, pode ser caracterizado de três modos distintos, como propôs Pereyra (1992a, p. 15): o “tempo de ensino”, o “tempo de escola” e o “tempo relativo à escola”. O “tempo de ensino” é o *tempo* objetivamente organizado segundo os modelos curriculares, destinando a cada matéria escolar determinada carga horária, a partir das bases legais. O “tempo de escola” se refere ao *tempo* em que estamos presentes na escola, mas não em atividade efetiva de aula como, por exemplo, almoço, intervalos, projetos, etc. O “tempo relativo à escola”, por sua vez, compreende o *tempo de escola* agregado a outros deveres como trabalhos de casa, trajeto escolar, atividades extracurriculares. São perspectivas sobre as distintas formas de materialização da intervenção do *tempo na escola*.

O autor, em outro artigo publicado pela mesma revista, pretende incluir ainda duas referências sobre o *tempo*: devemos diferenciar e incluir nas discussões sobre o *tempo* da prática profissional docente o horário dedicado à “docência direta”, caracterizada pela interação com os alunos, planejamento em conjunto, organização de tarefas, etc., e o *tempo* de “dedicação profissional fora da escola” como a formação continuada, pesquisas, formulação de avaliações, participação em seminários e congressos (cfe. Pereyra, 1992b, p. 25).

As interferências de tantos outros afazeres no ambiente escolar contribuíram para uma nova prática onde o professor se desdobra em diversos ofícios que não foram previstos em sua formação. Isto acarreta diretamente a forma como professor realiza sua atividade, compreende seu trabalho e si mesmo. Sobre os momentos atuais da prática docente, encontramos no pensador espanhol José Manuel Esteve (1995, p. 93) suportes para pensar os problemas atuais enfrentados pelos professores do ensino secundário e, embora seja uma análise dos anos 1990, nos ajuda a refletir sobre os problemas recorrentes nos anos 2010.

O autor sinalizou um grande abismo entre a situação dos professores nos anos 1990 e na década de 1970. A transformação social e a democratização do ensino fizeram com que a escola também urgisse por mudanças. A educação de elite foi substituída por uma educação

de massas, exigindo do sistema escolar e do professor especificidades não previstas até então. As mudanças apresentadas no mundo onde os agentes do sistema educacional estavam inseridos inauguraram uma posição de alerta para aquilo que estava se alterando com grande rapidez: a base sólida da experiência adquirida não fornecia mais a saída para as novas configurações ocorridas.

Neste contexto, Esteve (1995, p. 97) apresentou a noção de “mal-estar docente” envolvendo um “conjunto de reações dos professores como grupo profissional desajustado devido à mudança social”. Esse “mal-estar” de desajustamento acaba se refletindo na baixa qualidade de ensino e na necessidade de uma renovação permanente. Para o professor de filosofia, isso também ocorria, principalmente por conta do novo ambiente escolar encontrado (principalmente a partir das alterações legais da LDBEN 9.394/96) e os métodos até então disponíveis para o desenvolvimento da atividade docente com um conteúdo filosófico não estruturado na tentativa de alinhar o conhecimento escolar com a realidade do aluno.

Outra definição apresentada pelo autor do “mal-estar docente” se relaciona com a vida do professor e seus “efeitos permanentes, de caráter negativo, que afetam a personalidade do professor como resultado das condições psicológicas e sociais em que exerce a docência, devido à mudança social acelerada” (ESTEVE, 1995, p. 98).

Alguns fatores impulsionaram essas mudanças influenciando diretamente o movimento educacional: a atividade docente, a formação do professor, as interferências formadoras de sua *experiência*, o olhar desenvolvido de si, a qualidade de seu trabalho, e nesse conjunto, a construção de uma *identidade* possível de um grupo profissional. Esteve (1995, p. 100-108) apresentou algumas transformações que alteraram o cenário da atividade docente: aumento das exigências em relação ao professor; inibição educativa de outros agentes de socialização; desenvolvimento de fontes de informação alternativas à escola; ruptura do consenso social sobre a educação; aumento das contradições no exercício da docência; mudança de expectativa em relação ao sistema educativo; menor valorização social do professor; mudanças nos conteúdos curriculares; escassez de recursos materiais e deficientes condições de trabalho; mudanças nas relações professor-aluno; fragmentação do trabalho do professor.

Esta série de eventos modificou a relação do docente com o espaço escolar e, certamente, com os agentes sociais. O “choque” com a realidade apresentada por Esteve (1995, p. 109-111) é um agravante para a profissionalização do professor no final dos anos 1990. Essa ideia é também defendida por Huberman (2007, p. 39-41), onde ele afirmou existir

um profundo abismo entre a formação inicial e a prática docente. A imagem ideal de ensino, da escola, e do professor, é rapidamente esfacelada com a realidade na qual o docente se depara logo nos primeiros momentos de sua prática profissional, como veremos no próximo tópico.

Expropriação do tempo do professor: uma precarização de novo tipo

Thompson (2011) nos trouxe a contribuição a respeito da reestruturação do tempo na sociedade industrial. Segundo o autor, a classe dos possuidores de tempo, de dinheiro e de relógios encontrava diversos mecanismos para expropriar os trabalhadores do conhecimento do tempo e assim burlar o andamento do tempo aferido, adiantando e atrasando os ponteiros dos relógios das fábricas a fim de extrair mais tempo de trabalho dos operários. O que o historiador inglês analisa em relação à maior exatidão nas rotinas do tempo e a maior sincronização do trabalho na sociedade industrial nascente, o leva a se preocupar, simultaneamente, com a percepção do tempo em seu condicionamento tecnológico e com a medição do tempo como meio de exploração da força de trabalho.

Partindo destas contribuições, utilizamos o tempo como instrumento para pensar a docência. Analisaremos, a partir de agora, os aspectos ligados à expropriação do tempo de trabalho dos professores na atualidade, demonstrando como se dá a apropriação do tempo pelo setor público e destacando as estratégias mobilizadas pelos professores para lidar com a insuficiência e com a fragmentação do tempo durante sua atuação profissional. Para isso, elegemos como exemplo empírico os professores da rede pública do Estado do Rio de Janeiro por considerá-los profissionais que vivenciam a precarização de forma acentuada devido às condições de trabalho impostas. Nesta rede há um uso regrado do tempo, minuciosamente calculado pelo poder público, a fim de extrair do professor o máximo de aproveitamento de sua carga horária de trabalho; ao mesmo tempo em que o professor cria suas próprias estratégias de sobrevivência para lidar com esses mecanismos de regulação que acabam inserindo-os em uma precarização de novo tipo. Deste modo, a partir do suporte teórico citado e dos resultados das pesquisas desenvolvidas (SILVA, 2017), apresentamos um breve panorama, acerca da organização, da fragmentação, dos valores e dos usos do tempo de trabalho dos professores.

Ressaltamos a premissa de que, quando se estipula que vai se pagar certa quantia por determinado trabalho dos professores, há que se explicitar qual é a quantia e qual é o trabalho.

O trabalho é tanto a quantidade de horas de exercício do ofício como é também a descrição dessas mesmas horas, ou seja, de como elas se dividem, dentro ou fora da sala de aula.

A Lei nº 11.738/2008 (BRASIL, 2008) – conhecida com a Lei do Piso – regulamenta as normas unificadas para o salário base de todos os professores, em todos os entes federados, bem como fixa uma regra única para a composição da jornada de trabalho docente em todo o país. Segundo a referida Lei, na composição da jornada de trabalho deve-se observar o limite máximo de 2/3 (dois terços) da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos. Logo, 1/3 (um terço) que resta da jornada deve ser dedicado à preparação de aulas e às demais atividades fora da sala da aula.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 9.394/96) em seu Artigo 67º, inciso V, também prevê “período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho”. Posteriormente, no inciso VI, indica: “condições adequadas de trabalho”, dentro da orientação geral de que os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público. (BRASIL, 1996).

Em quase 10 anos de existência da Lei do Piso e de décadas de existência das orientações da LDBEN, o tempo de planejamento não tem sido respeitado por diversas redes públicas do país, dentre elas, a rede estadual do Rio de Janeiro, que exige do professor mais tempo de trabalho em sala de aula, ferindo as Leis supracitadas. Além de burlar as legislações, negando o direito dos professores, o poder público do Estado do Rio de Janeiro ainda utiliza de mecanismos como a fragmentação da carga horária dos docentes em diversas instituições para “otimizar” recursos, extrair mais trabalho e aumentar o seu tempo de trabalho sem a devida remuneração.

De acordo com Silva (2017) muitos docentes concursados, não criam vínculos com uma única instituição, vivendo uma constante instabilidade e insegurança em relação ao seu local de trabalho, devido ao processo de fechamento de escolas e de turmas gerado pela “otimização” de recursos por parte do poder público. Com a perda da lotação na escola que atuam, estes profissionais são coagidos a irem para outras instituições escolares, tendo seu tempo de regência dividido em diversas escolas, o que implica em diferentes deslocamentos, outros espaços de atuação com novos alunos, diversas equipes de trabalho e direções escolares. Fatores estes que podem se modificar a qualquer momento de cada ano letivo, criando uma situação constante de instabilidade na vida profissional dos docentes, sem falar da intensa fragmentação de atividades, público e espaços de trabalho.

Conforme temos observado, toda essa expropriação e fragmentação do tempo do professor acarretam em maior precarização do trabalho docente num contexto de insegurança e a incerteza acerca da vida profissional. O alargamento da jornada, a imbricação entre o tempo de trabalho e de vida, o desgaste ao ter que lidar com diversas turmas e a dificuldade em trabalhar longe de suas residências e/ou em várias instituições de ensino, têm gerado um processo de precarização no plano da objetividade e da subjetividade. E isso tem gerado um processo de resistência, ainda que no âmbito individual. De acordo com Silva (2017) os docentes têm se mobilizado no sentido de preservar sua integridade física e psíquica, buscando fugir dos problemas insurgidos no trabalho, porém, o resultado tem sido a busca por saídas individuais para as questões que são de natureza coletiva. Estas saídas muitas vezes se dão na forma de adesões aos programas privatistas que partem de outra concepção de trabalho docente.

Cabe destacar que no âmbito das políticas públicas de educação, o gerencialismo imposto aos setores públicos e, em especial, às redes públicas de ensino, tem a atuação destacada de grupos empresariais organizados e a inserção de seus projetos privatistas nas redes escolares que alimentam o novo *ethos* da gestão escolar empresarial. Este traz a racionalidade de redução de custos e de aumento dos resultados, em meio à histórica conjuntura de precarização da condição de trabalho e remuneração dos docentes, exigindo maior controle do processo e adequação do trabalhador docente, implicando em mecanismos coercitivos visando melhor desempenho, eficiência e produtividade.

Nesse contexto, muitos professores da rede pública estadual de ensino do Rio de Janeiro têm buscado atuar nesses programas e projetos privatistas-empresariais, através dos quais conseguem uma melhor remuneração, por meio de gratificações, tempo concentrado em uma única escola e menos turmas, na procura de amenizar um pouco suas precárias condições de trabalho (SILVA, 2017; MOTTA e SILVA, 2016). Todavia, no nosso entender, a realidade vivenciada em tais programas ou escolas mantém uma precarização de novo tipo, pois, apesar de suas condições de trabalho serem modificadas, acentuam-se os aspectos de um trabalho flexível, acompanhando tendências crescentes no mundo do trabalho de uma forma geral, como destacam os trabalhos de Antunes (2013).

Deste modo, as expectativas de redução do desgaste físico e mental dos professores acabam sendo frustradas, em função do limite estrutural inerente ao próprio trabalho em instituições com parcerias público-privadas através de seus mecanismos postos em ação, hegemonicamente, que conformam o professorado para uma sociabilidade que interessa à

valorização do capital e que os levam a uma precarização objetiva, subjetiva e também a uma alienação enquanto classe trabalhadora. Afinal, em tais programas, há uma destacada separação entre concepção e execução na materialização do que constitui o trabalho docente, além de induzir a que muitos professores acabem abraçando os programas privatistas-empresariais e criando uma relação de pertencimento a algo que lhe é estranhado.

Além disso, soma-se a essa precarização mediada pela intensificação da exploração da força de trabalho, o desenvolvimento dos preceitos empreendedores como perfil de competências e habilidades desejadas ao trabalhador, com formas de controle ainda mais estreitas que devem incorporar a supervisão sobre si mesmo, gerando grandes transformações no mundo do trabalho docente que o impactarão diretamente. Tudo isso frustra as expectativas e gera um ciclo de decepção e angústia permanente na vida destes professores. Trata-se da configuração de uma realidade que contribui para gerar um processo de atomização destes profissionais e de alienação de seu protagonismo (MOTTA e SILVA, 2016).

Em suma, a expropriação do tempo de trabalho dos professores pelo poder público, as reformas educacionais e a privatização acentuada são fatores que vêm contribuindo para acentuar a flexibilização do trabalho docente. Consideramos que todo esse processo leva a uma precarização objetiva e subjetiva e perpassa pela necessidade de educar o professorado e quebrar a sustentação dos movimentos de resistência e contestatório da categoria. Assim, a presença dos setores privatistas-empresariais na educação pública brasileira junto aos critérios empresariais de gestão calcada nos princípios da meritocracia e da remuneração por resultados indicam um aprofundamento do controle sobre a gerência do processo de trabalho e tratam de conformar o trabalho educativo à criação de um determinado tipo de trabalhador adequado a essa reestruturação.

Considerações Finais

Os estudos sobre as políticas dirigidas à organização do trabalho dos professores, em particular daqueles que atuam em escolas públicas, demonstram o quanto o fator *tempo* é relevante, tanto para a qualidade do ensino, quanto para promover boas condições de trabalho, ou inviabilizá-las. O tempo de ensino de uma disciplina – como no caso da filosofia, mas que poderia ser de outra disciplina qualquer – pode permitir atender aos objetivos da referida disciplina, entre os quais a autorreflexão é central. E para se desenvolver esta habilidade, o

tempo de aula é fator determinante. Na insuficiência deste, os professores são levados a usar de muita criatividade, bem como da capacidade de reduzir suas expectativas com o ensino e, desse modo, com seu próprio desenvolvimento profissional.

Por outro lado, foi possível perceber que as adesões a programas privatistas-empresariais encontram-se relacionadas às possibilidades deles minimizarem a extrema fragmentação do seu trabalho, e assim evitar desgastes físicos e psíquicos. No Rio de Janeiro, tal fragmentação tem sido imposta pela expropriação de uma necessária, ainda que insuficiente, carga horária destinada à reflexão e planejamento na organização do trabalho docente. Esta teria sido *consentida* pelo poder público após greves, muitas pressões e negociações com o sindicato docente.

Porém, ao transformar o tempo contínuo em fragmentos de intervalos entre aulas e recreios que se juntam ao número total de horas, o poder público inviabiliza as possibilidades de reflexão e planejamento do trabalho docente, levando a que a adesão a Programas que possibilitam uma integralização de seu tempo físico de trabalho sejam vistas como uma espécie de tábua de salvação frente à desgastante rotina de trabalho dos professores, o que acaba gerando uma precarização de novo tipo.

Por fim, cabe destacar que nós redigimos o presente texto com o propósito de contribuir para que outros pesquisadores, professores e demais interessados no assunto possam melhor conhecer as estratégias de disseminação, cooptação, “transformismo” e também de enfrentamento e resistência à produção de consensos na disputa pela hegemonia na sociedade capitalista.

Com os postulados de Gramsci (2000, 2001), ressaltamos a importância de reconhecer a materialidade dessa expropriação em curso que se manifesta em relação ao tempo de trabalho, que vem gerando algumas *metamorfoses* no mundo do trabalho docente e que nos leva a pontuar a importância de pensar, coletivamente, estratégias de resistência no nível *ético-político*. Assim, esperamos contribuir com reflexões e ações futuras que gerem o enfrentamento necessário à disputa pela hegemonia no âmbito da educação pública e aglutine elementos para a defesa de uma escola pública que colabore, ainda que em meio às imensas contradições que a permeia, para o interesse dos trabalhadores.

Referências

- ANTUNES, Ricardo. A nova morfologia do trabalho e suas principais tendências. In: ANTUNES, R.(org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**(1aed.). São Paulo: Boitempo, 2013.
- BAHIA, Bruno. **As negociações identitárias do professor de filosofia no Ensino Médio da escola pública no Rio de Janeiro: tempo, experiência e seu lugar na escola.** Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2016.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.** Brasília: MEC/Semtec, 1996.
- _____. **Lei que institui o Piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica nº 11.738, de 16 de julho de 2008.** Brasília: MEC/Semtec, 2008.
- ELIAS, Norbert. **Sobre o tempo.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- ESTEVE, José Manuel. Mudanças sociais e função docente. In: NÓVOA, Antônio. (org.). **Profissão professor**(1aed.). Porto: Porto Editora, 1995.
- GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, Notas sobre o Estado e a política.**v.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- _____. **Cadernos do cárcere.**v.4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- HARGREAVES, Andrew. A política do tempo e do espaço no trabalho dos professores. In MAURÍCIO, Lucia. Velloso. (org.). **Tempos e espaços escolares: experiências, políticas e debates no Brasil e no mundo.** Rio de Janeiro: Ponteio; FAPERJ, 2014.
- HUBERMAN, Michael. *O ciclo de vida profissional dos professores.* In: NÓVOA, Antônio. (Org.) **Vidas de professores.** Porto: Porto Editora, 2007.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro do Passado.** Rio de Janeiro: PUC-Rio; Contraponto, 2006.
- MOTTA, Vania Cardoso. e SILVA, Amanda Moreira. **Professores da rede pública diante da precarização do trabalho: saídas coletivas de resistência ou adesão aos programas privatistas?**VII Congreso Latinoamericano de Estudios del Trabajo. Buenos Aires: Anais ALAST, 2016.
- NÓVOA, Antônio. **O passado e o presente dos professores.** In: NÓVOA, Antônio. (org.). **Profissão professor.** Porto: Porto Editora, 1995.

PEREYRA, Miguel A. “La jornada escolar en Europa”. **Cuadernos de Pedagogia** nº 206, Barcelona: Editorial Fontalba, Septiembre, 1992a.

_____. “España: conclusiones para um debate”. **Cuadernos de Pedagogia** nº 206, Barcelona: Editorial Fontalba, Septiembre, 1992b.

SILVA, Amanda Moreira. **Tempo e Docência: dilemas valores e usos na realidade educacional**. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

TARDIF, Maurice.e LESSARD, Claude. **O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas**. Petrópolis: Vozes, 2014.

THOMPSON, Edward. Palmer. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

XAVIER, Libania. A construção social e histórica da profissão docente. *Revista Brasileira de Educação (ANPEd)*, 19 (59), 827-849, 2014.

Recebido em: 21 de março de 2018.

Aprovado em: 30 de junho de 2018.